

TERMINOLOGIA TÉCNICO-CIENTÍFICA EM ESPAÇO PÚBLICO: QUE TERMINOLOGIA É ESSA?

TECHNICO-SCIENTIFIC TERMINOLOGY IN THE PUBLIC SPACE: WHAT TERMINOLOGY IS THIS?

*Maria da Graça Krieger**

RESUMO: Neste artigo, espaço público compreende órgãos da administração como ministérios e agências reguladoras instituídas pelo governo federal. Esses órgãos estão divulgando glossários com termos e respectivos conceitos de suas áreas de atuação. Interessa aos estudos de Terminologia identificar as características dos termos disponibilizados. É descrita e exemplificada uma terminologia administrativa, de constituição híbrida. Conclui-se que a terminologia da administração pública constitui uma categoria de léxico especializado, com identidade própria, que se soma à dos domínios científicos, jurídicos e tecnológicos.

PALAVRAS-CHAVE: espaço público, administração pública, terminologia administrativa.

ABSTRACT: In this article, the public space comprehends administration organizations such as ministries and regulatory agencies instituted by the federal government. These organizations are publishing glossaries with terms and concepts related to their areas. It is of interest to Terminology studies to identify the characteristics of the terms in these glossaries. An administrative terminology, which has a hybrid make-up, is described and exemplified here. It is concluded that public administration terminology constitutes a category of a specialized lexicon with its own identity, which can be added to the scientific, legal, and technologic domains.

KEYWORDS: public sphere, public administration, administrative terminology.

* Professora do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo. mkrieger@unisinobr

INTRODUÇÃO

Espaço público é um conceito que, em linhas gerais, se opõe a espaço privado. Aceita essa delimitação genérica, costuma-se contrastar o âmbito da vida privada com o da circulação dos sujeitos que transitam pelos espaços públicos com distintas finalidades relacionadas à vida social. Tais características autorizam a pensar a problemática desse espaço do ponto de vista sociocultural (GREIMAS, s.d.: 156), equivalendo a uma perspectiva que visualiza um espaço construído. E, como tal, é resultado da intervenção do homem, ao estabelecer os lugares físicos destinados ao público, bem como determinar que se tornem *locus* de uma função social, a qual requer condições de interação entre o cidadão e os sujeitos da administração pública tanto direta, quanto indireta. Assim compreendido, o espaço público, aqui focalizado, compreende instituições governamentais a exemplo de ministérios, secretarias, agências reguladoras e outros órgãos, cujas funções prioritárias residem na execução de políticas públicas que favoreçam as condições de vida dos cidadãos e atendam a suas necessidades.

Nessas instâncias de gestão, o cidadão que busca, por exemplo, serviços de saúde, de segurança, da previdência, entre outras possibilidades, costuma esbarrar com uma série de orientações marcadamente de caráter administrativo repassadas em linguagem que, em geral, lhe é de difícil compreensão. Muito embora exista uma diversidade de aspectos

que interferem na compreensão das informações, como o nível cultural dos usuários, a dificuldade vincula-se fortemente ao uso regular de uma terminologia específica da área do serviço buscado. Decorre daí uma comunicação problemática que dificulta o acesso do cidadão ao que a instância administrativa oferece.

A interação sociocomunicativa fica, portanto, muito prejudicada, já que se contrapõe o uso de uma linguagem especializada com a praticada pelo cidadão, que, com raras exceções, não domina a terminologia específica e, concomitantemente, não acede parcial ou plenamente à dimensão conceitual que todo termo técnico expressa. Tal sorte de situação conflituosa é comum no Brasil que, de modo geral, não se preocupa em diminuir os ruídos de comunicação para tornar o oferecimento de serviços públicos mais eficaz.

Em alguns países, dotados de política linguística, há estratégias para divulgar as linguagens da administração pública com o objetivo de facilitar o entendimento do cidadão na busca de serviços essenciais a sua sobrevivência. No bojo dessas estratégias que integram princípios de gestão responsável, está a sistematização terminológica efetuada por meio de glossários, pequenos dicionários, bancos de dados de termos adotados nas instituições. Nos tempos atuais, cresce a tendência internacional de divulgar as terminologias organizadas e definidas pelas instâncias públicas através de suas próprias páginas *web*.

Na realidade, o domínio comum de termos técnicos contribui, em muito, para tornar a comunicação menos sujeita a ambiguidades e, conseqüentemente, mais eficiente, já que favorece uma melhor compreensão sobre os conceitos, objetos e processos envolvidos nas distintas áreas de especialidade. Por isso, criar as condições de uma eficiente comunicação tornou-se um fator de qualidade da gestão. Tanto assim é que procedimentos da mesma natureza, visando a uma intercompreensão comum, estão sendo adotados, cada vez mais, por empresas preocupadas com sua relação com os clientes.

Apesar de o Brasil não se caracterizar por adotar estratégias linguísticas no âmbito de suas políticas públicas, tem chamado atenção uma mudança de rumos no campo da comunicação, tendo em vista a divulgação das terminologias e dos respectivos conceitos empregados em vários de seus órgãos administrativos. A colocação em prática de uma terminologia a ser compartilhada favorece uma produtiva interação que agiliza os processos comunicacionais e, como tal, qualifica a informação sobre a prestação de serviços por parte do Estado. Nas páginas *web* de ministérios, secretarias

e, sobretudo, de agências reguladoras, as quais integram a administração indireta, como a Agência Nacional do Petróleo e a Agência Nacional de Energia Elétrica encontram-se glossários com os termos e respectivos conceitos adotados nessas instâncias. Trata-se de um quadro ainda incipiente, mas que permite constatar que há uma terminologia “oficial” do Brasil, mesmo que divulgada pontual e fragmentadamente.

Diante desta nova realidade, neste artigo, que se inscreve no âmbito dos estudos de Terminologia¹, busca-se identificar as características dos repertórios do léxico especializado disponível nas instâncias públicas do Brasil, como uma contribuição à reflexão sobre a natureza e a constituição das terminologias. Assim, este artigo é motivado por um duplo objetivo: mostrar que há uma nova realidade sociocultural no país manifestada pela linguagem e tratar de uma problemática de interesse da Terminologia, entendida como campo de estudos que integra as chamadas ciências do léxico ao lado da lexicologia e da lexicografia. Estas duas últimas áreas desenvolvem-se em torno do léxico geral da língua, com seus interesses específicos, a Terminologia delas diferencia-se em razão de o termo técnico-científico ser o seu objeto primeiro de investigação e de aplicações as quais se concretizam, em primeiro plano, na produção de glossários e dicionários terminológicos.

A compreensão das várias faces constitutivas dos termos técnico-científicos reveste-se de importância para a Terminologia que, tradicionalmente, costuma limitar-se a tratar dos termos que integram o universo das ciências e das técnicas. Isso se explica pela origem dos estudos terminológicos que nascem circunscritos a esse universo, que não é pequeno. A pesquisa científica avançou de tal forma que, hoje, assiste-se a uma acelerada proliferação terminológica que se intensificou ainda mais porque a produção do conhecimento responde pelo surgimento de novas tecnologias e produtos tecnológicos do mundo contemporâneo e, conseqüentemente, criam-se novas denominações.

Por sua vez, o espaço público, como aqui entendido, está indicando o surgimento de uma outra categoria terminológica influenciada por princípios regulamentadores da administração pública, como se pretende evidenciar. Desse modo, as práticas terminológicas construídas pela

¹ Na bibliografia da área, tem-se empregado Terminologia com *T* maiúsculo para referir o campo de estudos e, em contrapartida, com *t* minúsculo para referir o conjunto de termos de uma área de conhecimento especializado.

administração pública constituem também uma realidade que não pode mais ser negligenciada seja pelo interesse específico sobre o léxico especializado, seja porque seu reconhecimento auxilia a compreender uma estratégia crescente de comunicação adotada pela gestão pública no Brasil e já largamente praticada em países dotados de políticas linguísticas.

1. TERMINOLOGIA TÉCNICO-CIENTÍFICA: SEU PAPEL E FUNCIONALIDADE NA COMUNICAÇÃO

A criação e o emprego de termos técnico-científicos são características marcantes do tipo de comunicação que a Terminologia convencionou chamar de especializada, pois se refere ao plano da transmissão dos saberes de natureza científica e técnica. É nesse contexto comunicacional que o termo tem existência, diferindo da palavra basicamente por se constituir em unidade lexical ou semiótica especializada. Esta unidade é assim denominada, como diz Depecker (2004), porque se constitui e é utilizada no âmbito de atividades que envolvem profissionais e especialistas e, portanto, expressão de conhecimento especializado. E, como tal, o termo cumpre a missão de fixar e veicular conceitos próprios do conhecimento científico, técnico, tecnológico, jurídico entre outros campos de saber. A importância da terminologia pode ser também dimensionada pelo pensamento de que: “Denominar, isto é, criar um conceito, é, ao mesmo tempo, a primeira e última operação de uma ciência.” (BENVENISTE, 1989: 252)

Em virtude de sua natureza de expressar conteúdos específicos, o termo é um componente nuclear da comunicação profissional e jamais acessório, tanto que não há comunicação profissional sem uso da terminologia da área. De fato, os termos não são elementos periféricos, mas nódulos cognitivos basilares de toda comunicação especializada. Por isso, entende-se que: “Para los especialistas, la terminología es el reflejo formal de la organización conceptual de una especialidad, y un medio inevitable de expresión y de comunicación profesional.” (CABRÉ, 1993: 37)

Além do seu papel na fixação e na circulação do saber científico e técnico, os termos têm um valor operacional na comunicação, o que está associado, em primeiro plano, a duas de suas propriedades pragmáticas prototípicas: a monossemia e a monorreferencialidade. Isso se explica tendo em vista que os termos empregados em temáticas específicas costumam veicular um único significado e estabelecer uma única referência com o mundo exterior a exemplo dos sentidos que assumem *virus* e *signo*, conforme os contextos comunicacionais de que participam.

A reunião dessas propriedades cognitivas e dos usos discursivos, favorecendo a monossêmia e a monorreferencialidade, faz com que os termos sejam itens lexicais capazes de conduzir para um mesmo foco de compreensão destinador e destinatário de um processo comunicativo. Esse pragmatismo resultante do uso compartilhado dos termos não significa que eles sejam, por si mesmos, monossêmicos, monorreferenciais, como fora dos estudos linguísticos costuma-se julgar. Trata-se apenas de ideais postulados pelos estudos clássicos de Terminologia que, nesse plano, incluem ainda a exclusividade designativa, levando a pressupor significantes únicos para cada conceito como ocorria com as nomenclaturas técnico-científicas e mesmo com as terminologias de algumas áreas, cujos léxicos temáticos são morfológicamente estruturados com elementos gregos e latinos.

Diferentemente, os itens terminológicos atuais, cada vez mais, assemelham-se à palavra ordinária, diluindo as fronteiras formais entre léxico comum e especializado. Não obstante, mantêm sua característica de circunscrever sentidos específicos de uma área de saber como ocorre com *casa*, cujo sentido geral, e não especializado, de moradia, cede lugar à sobrevalência do conceito de bem inviolável no campo jurídico. Por tudo isso, os termos hoje são “funcionalmente diferentes das unidades-signo das línguas naturais, mas frequentemente idênticos na sua forma” (REY, 2007: 328).

Ao mesmo tempo, a diluição de fronteiras formais ao nível do significante entre léxico geral e especializado enfeixa dois lados distintos e aparentemente contraditórios, na aproximação aos termos: a dificuldade de seu reconhecimento pelos estudiosos da área e, em contrapartida, a facilidade de seu emprego e apreensão por usuários leigos.

As dificuldades de reconhecimento dos termos ampliaram-se para além das situações tradicionais de não coincidência de termo e palavra, considerando que cerca de 70% das terminologias apresentam estruturas sintagmáticas, enquanto o léxico comum caracteriza-se pela predominância de unidades simples. Assim, é preciso saber onde inicia e onde termina o termo, problema que não afeta o reconhecimento da palavra.

Além disso, os termos precisam ser examinados nos mais distintos meios de comunicação, pois não mais permanecem restritos ao ambiente das academias, aos laboratórios, bem como aos espaços que fomentam a produção tecnológica. Ao contrário, a ciência e a tecnologia integram a vida cotidiana da contemporaneidade e os termos passam a circular em larga escala como efeitos seja da divulgação científica, seja da publicidade de produtos tecnológicos. Todo esse novo contexto social e comunicacional

explica a popularização, por vezes chamada de vulgarização, de termos científicos como *genoma*, *DNA* e *micro-ondas*.

Esse amplo quadro de usos terminológicos produz um resultado direto, qual seja o crescente surgimento de variantes terminológicas como a prevalência de *pedra nos rins* em detrimento de *litíase renal*, assim como *cardiopatía* cede lugar a *doença do coração*. Esse tipo de variante que representa uma simplificação terminológica, embora já tradicional, acaba por ser acentuada pela mídia, que também tende a definir os termos de modo simplificado. São estratégias justificáveis em função do nível de conhecimento do destinatário que precisa saber, por exemplo, que o *vírus RSV é responsável pela infecção dos bronquíolos* em sua busca de informação sobre doenças respiratórias.

Em paralelo, sempre houve os chamados termos populares, sobretudo no campo da saúde, em que a Medicina é exemplar. Este é o caso de emprego de *ameaça de pontada* em vez de *pneumonia*, de *íngua* em vez de *linfonodo* e ainda de *amarelão* por *hepatite*. Em geral, o termo popular expressa uma tentativa de correspondência conceitual com o termo técnico-científico (SANTIAGO, 2007).

O conjunto dessas “outras” possibilidades terminológicas cobre, pois, um largo espectro de variantes terminológicas ou denominativas, que é um fenômeno de ordem linguística. No entanto, ele acaba por incidir sobre o nível conceitual, já que há perdas de informação no tratamento definitório simplificado dos termos. São, portanto, efeitos linguísticos e conceituais que as terminologias sofrem na sociedade da informação que, por seu alcance global, também veicula e naturaliza termos estrangeiros que passam a ser usados pelos falantes de diferentes idiomas como se fossem itens de seus léxicos maternos.

A despeito da diversidade de componentes que afetam a circulação dos termos técnicos na contemporaneidade e que, em princípio, facilitam sua compreensão e uso nas sociedades, sua essência não se altera; ao contrário, permanece, reafirmando-os como nódulos basilares dos conhecimentos especializados. De toda forma, o reconhecimento do léxico especializado torna-se mais complexo, considerando-se as situações em que o termo é objeto de investigação e de tratamento, envolvendo a produção de glossários e dicionários de léxico especializado, geralmente, restritos aos domínios clássicos de conhecimento científico, técnico e jurídico.

Por sua vez, os espaços públicos estão evidenciando novos domínios temáticos no campo da terminologia, tendo em vista que o léxico especializado também está presente nas diferentes atividades relacionadas à gestão

pública. Configura-se assim um novo panorama terminológico que vem ganhando visibilidade, já que as esferas administrativas do poder público brasileiro começaram a adotar a prática de sistematizar e divulgar seus termos por meio de glossários próprios em suas páginas *web* como ocorre, por exemplo, com os glossários do Ministério da Saúde, da Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul e de muitas Agências Reguladoras.

A divulgação de glossários com os termos e respectivos conceitos adotados nessas instâncias, embora seja um quadro ainda incipiente, fragmentado e nem sempre qualificado como necessário, permite constatar que há uma terminologia “oficial” do Brasil, mesmo que o assunto – terminologia – não chegue a ser uma temática que integre as políticas públicas do Brasil. De toda forma, a sociedade da informação, ao divulgar termos técnicos geralmente restritos aos ambientes de trabalho, estabelece uma nova realidade cultural e linguística. Nela, inscreve-se uma terminologia típica da administração pública nacional, configurando-se então uma categoria que merece atenção, tal como já ocorreu com o léxico das ciências e das técnicas. Enfim, se a terminologia, como campo de conhecimento, toma o termo como objeto primeiro de investigação, precisa deixar de vê-lo como um bloco monolítico, mas observá-lo na especificidade de suas realizações linguísticas, cognitivas, discursivas e ainda em sua dimensão pragmático-social.

2. DA TERMINOLOGIA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA

A divulgação de repertórios terminológicos da gestão pública motiva a identificação de suas especificidades. Para tanto, merecem ser inicialmente observadas as funções das áreas de gestão e sua relação com a constituição da terminologia que praticam e divulgam.

Antes, porém, vale lembrar que um princípio básico da divulgação de termos é tornar a comunicação mais eficiente. Assim compreendido, o processo comunicacional, no âmbito da administração pública, é pressupostamente ordenado por um princípio informacional, resumindo-se, grosso modo, a um fazer-saber. No entanto, ao que se pode perceber, a terminologia administrativa não se resume a uma simples transmissão de conhecimento. Mais que isso, o conjunto de seus itens traduz princípios, regulamentos, mecanismos operacionais e objetos específicos dos diversos setores que compõem a administração pública. Trata-se, desse modo, de reconhecer um repertório terminológico como um conjunto de itens lexicais representativos de conhecimentos e de aspectos pragmáticos de

operacionalização das instâncias que os adotam. Esses nódulos cognitivos constituem a terminologia da área, manifestada na respectiva comunicação especializada.

Com isso, cada conjunto terminológico expressa a finalidade do órgão público, dimensionando o papel e os objetos específicos de cada instância administrativa. São exemplos claros dessas situações, os glossários da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), além dos Ministério da Saúde e da Fazenda, como logo exemplificado.

No caso da ANVISA, a terminologia disponível em seu glossário reflete a finalidade da Agência, definida pela sua missão de “Proteger e promover a saúde da população garantindo a segurança sanitária de produtos e serviços e participando da construção de seu acesso”.² Daí a razão por que no glossário coexistem termos como *responsável técnico, autoridade sanitária, apreensão, interdição, registro de medicamento*, os quais abarcam desde *agentes da vigilância e dispositivos normativos e legais de ação* até os objetos de avaliação expressos por termos como: *água mineral natural, alimento dietético, edulcorante, repelente*, entre tantos outros.

Configura-se, desse modo, uma terminologia híbrida que também se encontra no glossário da ANP, que se define como: “Autarquia federal, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, a ANP é responsável pela execução da política nacional para o setor energético do petróleo, gás natural e biocombustíveis”. Lei nº 9.478, de 6.8.1997 e Lei nº 11.097, de 13.1.2005.³

Em seu glossário, encontram-se grande número de termos relacionados ao seu objeto – o petróleo – conforme se exemplifica junto com as respectivas definições:

Petróleo

Todo e qualquer hidrocarboneto líquido em seu estado natural, a exemplo do óleo cru e condensado. Lei nº 9.478, de 6.8.1997

Petróleo Brent

Mistura de tipos de petróleo produzidos no Mar do Norte, oriundos dos sistemas petrolíferos Brent e Ninian. Portaria ANP nº 206, de 29.8.2000.

² <http://anvisa.gov.br/institucional/anvisa/apresentacao.htm>

³ <http://www.anp.gov.br/glossario/index.asp>

Petróleo Estabilizado

Petróleo com pressão de vapor inferior a 70 kPa, na temperatura de medição.

No mesmo glossário, estão repertoriados termos referentes à ação administrativa, propriamente dita, da ANP a exemplo de *autorização* e *autorização de Operação*. Com isso evidencia-se também uma terminologia que retrata o objeto em suas diferentes fórmulas e os mecanismos administrativos que corroboram o alcance da missão da Agência.

O hibridismo terminológico confirma-se em vários outros glossários da mesma natureza como o da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) que, de acordo com sua própria definição, tem por missão: “proporcionar condições favoráveis para que o mercado de energia elétrica se desenvolva com equilíbrio entre os agentes e em benefício da sociedade”.⁴ Essa função justifica a presença de termos como: *acessante* e *agente de geração*.

Acessante

Concessionária ou permissionária de distribuição, concessionária ou autorizada de geração, autorizada de importação e/ou exportação de energia elétrica, bem como o consumidor livre. Resolução Normativa ANEEL nº 067, de 8 de junho de 2004 (Diário Oficial, de 11 jun. 2004, seção 1, p. 82)

Agente de geração

Titular de concessão, permissão ou autorização para fins de geração de energia elétrica. Resolução Normativa ANEEL nº 109, de 26 de outubro de 2004 (Diário Oficial, de 29 out. 2004, seção 1, p. 196)

Em paralelo, presentificam-se termos representativos dos principais objetos de ação da ANEEL: *energia elétrica*, *energia eólica*, *termelétrica*, *além de biomassa*, *gás natural* etc.

Embora em número menor do que as Agências, os Ministérios também têm divulgado terminologias de suas áreas de atuação, destacando-se o Ministério da Saúde que, a partir de 2004, dá início à publicação e à disponibilização em sua página na internet de uma série de glossários temáticos como o de Alimentação e Nutrição, e Traumatologia e Ortopedia entre tantos outros que integram o projeto Terminologia da Saúde. Tal projeto objetiva, em primeiro plano, a padronização de termos, de conceitos

⁴ <http://www.aneel.gov.br/area.cfm?idArea=636>

e de siglas utilizados na própria instituição governamental e em órgãos que com ela estabelecem vínculo.

Com isso, além do intuito de uniformizar a terminologia, o Ministério da Saúde disponibiliza o acesso a informações sobre suas ações e projetos. Em consequência, apresenta também um repertório terminológico híbrido, disponível, sobretudo, em seu Glossário Eletrônico que busca contemplar termos usados em todo o Ministério. Essa abrangência justifica a inclusão de termos que compõem o conhecimento médico a exemplo de: *ácido graxo, aderência, alimento diet, alimento integral, in natura, anorexia nervosa*. Ao lado destes, encontra-se uma terminologia de caráter administrativo que cobre princípios, mecanismos e programas de governo, como ilustram: *análise de demanda, análise de custo-utilidade, hospital amigo da criança e Fome Zero*.

Com esse conjunto de exemplos, torna-se evidente que os repertórios terminológicos das instituições públicas do país conformam a terminologia da administração pública a despeito de seu hibridismo. A conjunção de termos distintos constitui-se num fenômeno natural desse universo de conhecimento e de práticas, já que toda gestão corresponde a uma aplicação concreta de princípios, programas e estratégias operacionais direcionadas a um objeto específico. Em consequência, o léxico especializado, de natureza administrativa, cobre os focos e as relações necessárias aos diferentes campos de gestão.

Na realidade, no espaço público, os campos de ação estão circunscritos aos distintos setores administrativos, cujas finalidades ou missões requerem e se valem de conhecimentos referentes aos objetos específicos de suas esferas de atuação. Dessa forma, justifica-se o hibridismo das terminologias dos espaços públicos representados pelas instituições governamentais, sem que a diversidade de facetas causem prejuízo a seu enquadramento na categoria de terminologia administrativa. A existência de uma terminologia administrativa pode ser atestada ainda com um último exemplo tomado ao Glossário do Ministério da Fazenda, definido como “órgão que na estrutura administrativa da República Federativa do Brasil cuida basicamente da formulação e execução da política econômica”.

As funções desse Ministério o levam a apresentar um glossário formal em que estão incluídos termos relacionados a impostos e orçamento a exemplo de *abatimento, dedução, alíquota e anualidade do orçamento*. A seu lado estão *patrimônio e patrimônio público*, cujas respectivas definições são: “Conjunto de bens direitos e obrigações de uma entidade” e “Conjunto de bens à disposição da coletividade” (BRASIL, 2000b).

As definições auxiliam a ver o âmbito de atuação desse Ministério, cuja terminologia é também híbrida, mas que não se resume à dualidade administração-economia, pois comporta também o ângulo jurídico, tendo em vista que *patrimônio* é antes um termo do universo jurídico do que do econômico. De fato, a dimensão jurídica perpassa toda a administração pública sob a forma de leis, normas e regulamentos internos, estabelecidos estes em cada instância e que, em princípio, balizam as ações estratégicas que envolvem o interesse e a conduta dos cidadãos.

É também assim, por exemplo, que a gestão do meio ambiente, desenvolvida pelo Ministério do Meio Ambiente, assim como as Secretarias Estaduais do Meio Ambiente, pautam-se por princípios legais de preservação ambiental. Em decorrência, a terminologia adotada por essas instâncias administrativas, mesmo que não divulgada de forma sistemática, vai igualmente refletir uma convergência entre itens representativos de ações e de programas políticos de preservação ambiental e os objetos de tutela legal como *patrimônio ambiental*, *parque nacional* e *unidade de conservação*. Desse modo, o léxico da área reflete princípios, práticas e parâmetros avaliativos norteadores da responsabilidade pública ambiental.

Diante desse quadro, e ao modo de uma breve conclusão, pode-se afirmar que há uma terminologia da administração pública do Brasil que constitui uma categoria de léxico especializado que se soma à dos outros domínios científicos, jurídicos e tecnológicos. Ela não é uma reunião aleatória de termos aparentemente sem relação. Ao contrário, tal léxico, que pode ser chamado de técnico-administrativo, constitui um conjunto homogêneo por ser representativo de um campo especializado de ação, adquirindo identidade própria a despeito do hibridismo natural que o conforma. Isto explica-se porque toda gestão só ocorre na confluência de princípios, práticas, projetos e normas que balizam os distintos campos das esferas públicas. Consequentemente, nesses espaços criam-se e adotam-se termos e conceitos que, se não são exclusivos de cada área, justificam seu emprego pela pertinência das relações internas de conhecimento e de ação estabelecidas nos distintos âmbitos da administração pública.

Ao mesmo tempo, a sistematização e divulgação da terminologia técnico-administrativa, embora nem sempre satisfatórias, e ainda incipientes no Brasil, é um sinal positivo, uma estratégia capaz de facilitar as condições de interação entre o cidadão e os responsáveis pela condução da vida pública. Esta interação, traduzida pelo domínio comum das terminologias, faz ver ainda que o acesso ao léxico especializado é uma prática que contribui para uma gestão pública responsável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENVENISTE, Emile. *Problemas de lingüística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.

BRASIL. Ministério da Fazenda. *Glossário [do] Tesouro Nacional*. Brasília, DF: Secretaria do Tesouro Nacional, [ca. 2000b]. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/glossario/glossario_a.asp>. Acesso em: 03 abr. 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Glossário de vigilância sanitária*. Brasília, DF: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2003. Disponível em: <http://e-glossario.anvisa.gov.br/glossary/public/scripts/php/form_search.php?lang=pt>. Acesso em: 03 abr. 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Glossário do Ministério da Saúde: projeto de terminologia em saúde*. Brasília, DF: Editora do Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/glossario_ms.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Glossário temático: alimentação e nutrição*. Brasília, DF: Editora do Ministério da Saúde, 2008a. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/glossario_alimenta.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Glossário temático: DST e Aids*. Brasília, DF: Editora do Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/glossario_dst_aids.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Glossário temático: traumatologia e ortopedia*. Brasília, DF: Editora do Ministério da Saúde, 2008b. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/glossario_traumatologia.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2009.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. *Glossário [da] ANEEL*. Brasília, DF: Agência Nacional de Energia Elétrica, [ca. 2002]. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/biblioteca/glossario.cfm>>. Acesso em: 03 abr. 2009.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. *Glossário ANP*. Brasília, DF: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, [ca. 2000a]. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/glossario/index.asp?strAlpha=P>>. Acesso em: 03 abr. 2009.

CABRÉ, Maria Teresa. *La Terminología: teoría, metodología, aplicaciones*. Barcelona: Antártida/Empúries, 1993.

DEPECKER, Loïc. La terminologie est-elle une science? In: LA TERMINOLOGIE discipline scientifique. Paris: Societé Française de Terminologie, 2004. p. 11-17.

GREIMAS. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Cultrix, s.d.

REY, Alain. A terminologia entre a experiência da realidade e o comando dos signos. In: ISQUERDO, A. N.; FINATTO, M. J. *As ciências do léxico*. Campo Grande: UFMS, 2007. v. 3.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual do Meio Ambiente. *Glossário [da] SEMA*. Porto Alegre: Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul, 2002. Disponível em: <http://www.sema.rs.gov.br/sema/html/gloss_p.htm>. Acesso em: 03 abr. 2009.

SANTIAGO, Márcio Sales. *Redes de palavras-chave para artigos de divulgação científica da Medicina: uma proposta à luz da Terminologia*. 2007. 149 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.